

Alberto Guerra Valadares  
Pacelli Henrique Martins  
Teodoro

t

## TERRITÓRIOS AMPLIADOS: ENTRE O CIBER E O ESPAÇO

pós- | I

### RESUMO

Objetiva-se delimitar uma tratativa territorial híbrida por meio da vivência espacial e de artifícios midiáticos locativos. A temática territorial foi utilizada como abordagem de concepção espacial relacional e construção de um conceito que envolve as dinâmicas híbridas das mídias locativas associadas à realidade aumentada no ambiente da cidade. Portanto realizou-se a discussão teórica das relações territoriais culturais pautadas nas dinâmicas tecnológicas, apoiada num estudo do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre sobre a produção do espaço. Verificou-se, em sua tríade dialética (prática espacial, espaço de representação e representação do espaço) expandida ao trinômio real/virtual/híbrido, a possibilidade de se determinar um espaço socialmente construído por relações conectadas.

### PALAVRAS-CHAVE

Território. Ciberespaço. Produção do espaço. Realidade aumentada.



[HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2019.154021](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2019.154021)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 26, n. 49, e154021, 2019.

## EXPANDED TERRITORIES: BETWEEN CYBER AND SPACE

### ABSTRACT

The objective is to delimit a hybrid territorial treatment through spatial experience and locative mediatic devices. The territorial theme was used as an approach to relational spatial design and construction of a concept that involves the hybrid dynamics of locative media associated with augmented reality in the city environment. Therefore, a theoretical discussion of cultural territorial relations based on technological dynamics was carried out, supported by a study of the French philosopher and sociologist Henri Lefebvre on the production of space. In the dialectic triad (space practice, space of representation and representation of space) expanded to the real/virtual/hybrid trinomial, the possibility of the determination of a space socially constructed by connected relations was verified.

### KEYWORDS

Territory. Cyberspace. Production of space. Augmented reality.

## INTRODUÇÃO

O crescente envolvimento das pessoas com as diversas tecnologias informatizadas propicia a intensificação das redes informacionais e, por meio da troca constante de dados no ambiente virtual, várias dimensões se fundem ao espaço real. A dimensão do vivido pelo humano conectado por uma tecnologia da informação e comunicação (TIC) é reconfigurada constantemente, seja por *tags* usadas para descrever uma localidade ou evento, mapas de circuitos de corridas ou passeios de bicicletas, *tweets* ou postagens em redes sociais e de trocas de mensagens. Outra possibilidade dessa imbricação da camada virtual no real são as aplicações informáticas em realidade aumentada.

A realidade aumentada é um termo vinculado a campos relacionados à informática e ao desenvolvimento de mídias comunicacionais, a qual se caracteriza pela sobreposição de camadas informacionais a objetos ou um determinado ponto do espaço físico (LEMOS; QUEIROZ, 2012). Enquanto a realidade virtual configura uma experiência inteiramente sintética, pela qual todos os pontos explorados pelo usuário são completamente virtuais, a realidade aumentada proporciona uma interação entre o real e o virtual. Por meio da interface do celular é possível vislumbrar, em aplicações de realidade aumentada, a sobreposições de imagens, textos ou objetos tridimensionais à paisagem captada pela câmera do aparelho.

Nesse contexto, parte-se da hipótese que recursos incorporados às TICs permitem configurar uma sobreposição interativa de dados que podem expandir a materialidade, criando ressignificações nos espaços vivenciados e, também, uma ferramenta de redescoberta da cidade e constituição de multiterritorialidades híbridas, determinadas pela experiência do digital e real. Ademais, esta apresenta a aproximação analítica da realidade aumentada que, quando conjugada aos recursos locativos contemporâneos e à cidade, permite um potencial recurso de releitura, alteração e redescoberta espacial.

Para análise deste trabalho, procurou-se aproximar as relações encontradas entre a realidade aumentada, a cidade e as abordagens territoriais (e multiterritoriais) culturais e simbólicas de Haesbaert (2006, 2007, 2008a, 2008b), associadas à construção do território informacional de Lemos (2007, 2008). Oportuniza-se travar o reconhecimento de um território informacional ampliado, ou território ampliado, do qual não se dissocia a relação da localidade física onde o corpo se faz presente com as representações digitais/virtuais de uma aplicação *mobile*. Para tanto, apropriou-se da ótica das tríades da produção do espaço propostas por Lefebvre (1991), que engloba a prática espacial (percebido), as representações do espaço (concebido) e os espaços de representação (vivido) em uma dinâmica de interação físico-virtual-híbrida.

Portanto este artigo tem como objetivo delimitar uma tratativa territorial híbrida por meio da vivência espacial e de artifícios midiáticos locativos. Para tanto, apresenta uma discussão teórica das relações territoriais culturais pautadas nas

dinâmicas tecnológicas e, posteriormente, um estudo sobre a produção do espaço por Henri Lefebvre. Este estudo é tratado como instrumento metodológico para configurar os territórios ampliados e analíticos desse conceito. Sua tríade dialética expandida ao trinômio real/virtual/híbrido possibilita a determinação de um espaço socialmente construído por relações conectadas. Por fim, destaca-se que este artigo faz parte da construção metodológica de uma pesquisa de mestrado intitulada *Territórios ampliados: as mídias locativas contemporâneas na configuração de territórios*, defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, sob a orientação do prof. dr. Pacelli Teodoro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri).

### TERRITÓRIOS CULTURAIS, INFORMACIONAIS E HÍBRIDOS: TERRITÓRIOS AMPLIADOS

As cidades se consolidam, com o passar do tempo, como marcas da ação social advindas do desenvolvimento técnico, da implementação de novas tecnologias e da adequação às demandas de uma sociedade em sua determinada época. Mudam-se os veículos, alteram-se os pavimentos; muda-se a velocidade dos deslocamentos, alteram-se as sinalizações, as medidas de segurança e a percepção do espaço vivido, bem como sua simbolização. As marcas das temporalidades permanecem como “rugas” no espaço, não apenas do ponto de vista material, mas também como interferências sociais e geográficas. Tais marcas reafirmam a mutabilidade da cidade como organismo que se adapta às necessidades do período a partir dos sistemas técnicos de objetos e ações (SANTOS, 2014). Algumas das marcas que têm sido deixadas e que continuam a se desenvolver são as das redes telemáticas (LEMONS, 2005).

Segundo Santos (2014, p. 177), as épocas se distinguem pelas técnicas e por algumas formas de produção, tais como as *“formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução”*. Assim, o geógrafo completa que vivemos, hoje, em uma época de grandes influências das técnicas informatizadas, advento do intenso desenvolvimento computacional e comunicacional iniciado no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e denominada de meio técnico-científico-informacional. Esse meio se caracteriza por uma convergência entre técnica e ciência sob o comando do mercado global, no qual os objetos técnicos são *“ao mesmo tempo técnicos e informacionais. [...] [sendo que] a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”* (SANTOS, 2014, p. 238).

Ao evocar o meio técnico-científico-informacional como classificação da contemporaneidade, Santos (2014) apresenta um fator preponderante: a concepção da informação imbuída nas técnicas, nos objetos, nas ações e, por consequência, no espaço. Deste conceito, no qual a informação permeia diversas camadas, emerge a necessidade da compreensão do estado social da sociedade atual, classificada por Castells (1999, p. 565) como sociedade em rede: *“redes constituem a nova morfologia social das nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, de experiência, poder e cultura”*. A confluência desses

fatores – tempo, técnica e processos conformadores da sociedade supracitada – é, para este trabalho, a base da temática territorial.

Os territórios não são somente produtos de divisões administrativas ou relações de um poder hegemônico estatal, afinal, perpassam por diversas instâncias, como simbólicas, culturais, econômicas e naturais. Ao definir território em sua obra, Rogério Haesbaert (2006) lembra os múltiplos usos do termo em outras áreas do conhecimento para definir as relações espaciais. Depois de buscar as origens do conceito na geografia e de se apoiar em definições do materialismo histórico e dialético, o autor aponta a necessidade de superar a abordagem material/ideal do território, envolvendo ao mesmo tempo sua *“dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações”* (HAESBAERT, 2006, p. 42). Desse modo, o território não é apenas uma porção de terra, mas também *“produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido”* (HAESBAERT, 2006, p. 40). A cultura e suas manifestações cotidianas configuram territórios simbólicos cada vez mais diversos, conformados pela experimentação de um indivíduo ou grupo e que desenvolve, de alguma forma, um laço com o local.

O território é político, conformado pelas relações de poder de diversas instâncias; econômico, definido por relações de ordem econômica, financeira, ponderada por recursos ou pelo confronto entre classes; e cultural ou simbólico-cultural, visto a partir da ótica da apropriação simbólica de um espaço vivido (HAESBAERT, 2006). Define-se particularmente a perspectiva do território simbólico, no qual o processo de apropriação territorial, por meio da simbiose entre espaço vivido e ciberespaço, se faz objeto deste estudo.

Haesbaert (2007) analisa a apropriação em consonância com o pensamento construído por Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês, quando apropriação e dominação se mostram diferentes. A dominação se caracteriza por um processo de posse, de configuração de propriedade em seu valor de troca, ao passo que a apropriação é uma dinâmica de caráter simbólico, relacionado ao valor de uso. Se a apropriação simbólica se caracteriza pelas dinâmicas do uso e se vale das experiências vividas, prefigura-se uma noção de território múltiplo e complexo, reconhecido subjetivamente, ainda que persista uma condição homogeneizadora do Estado territorial moderno.

O território sempre inclui a territorialidade, mas esta não envolve obrigatoriamente a existência concreta de um território (HAESBAERT, 2008b). Por esta ótica, pode-se repensar a afirmação de Pierre Levy (1996) de que o processo de virtualização é essencialmente desterritorializante: do ponto de vista da perda de relação com um espaço, essa ponderação pode ser reconfigurada pela utilização do conceito de multiterritorialidade. Ao que se explica, o processo de desterritorialização é sempre um processo de reterritorialização, portanto múltiplo – ao se desligar de um território, liga-se a outros (HAESBAERT, 2006, 2007, 2008a, 2008b). Compreender as multiterritorialidades é compreender os espaços como flexíveis, reconfiguráveis e dinâmicos, como camadas funcionais que podem ser “refeitas” pelas relações simbólicas.

<sup>1</sup> A escolha do termo “compressão” por Harvey (2008) é devido à aceleração do ritmo de vida, dando a percepção que o mundo encolheu sobre nós, pelo alto grau de superação de barreiras espaciais – realidade que tem caracterizado a história do capitalismo. Para Massey (2000, p. 178), “a compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso”.

A vivência territorial perpassa por relações afetivas, sociais, materiais, sagradas ou mesmo virtuais, construídas em um espaço. Essa condição fluida das dinâmicas de um espaço de fluxo (CASTELLS, 1999) se encontra com os novos aspectos da mobilidade contemporânea, capaz de reconfigurar a relação da compressão tempo-espaço (HARVEY, 2008)<sup>1</sup>, seja por meio físico ou virtualizado, por um acesso a sistemas informacionais de comunicação (HAESBAERT, 2008b). “*Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território*” (HAESBAERT, 2007, p. 28), portanto facilitador da condição de uma hibridização cultural e ponto preponderante à construção multiterritorial (HAESBAERT, 2008b).

Assim, é configurado o híbrido, marcado pela convecção multiterritorial e multicultural a partir dos processos de mobilidade e compressão tempo-espaço. Um processo associado não com a desterritorialização, mas relacionado à mistura proposta por Massey (2000), na qual se enaltece o sentido global do lugar, e não a completa reconfiguração globalizada sobreposta ao local. Em outras palavras, o sentido progressista de lugar somente pode ser concebido pela ligação desse lugar com outros lugares, a favor de uma consciência global do lugar.

Essa condição múltipla, amplamente relacionada às novas dinâmicas sociais, também é defendida pelo geógrafo francês Guy Di Méo (2004, p. 348), ao afirmar que não somos mais detentores de apenas um território, pois “*hoje, de um modo bastante claro, não pertencemos mais a um grupo social único, a somente um território. Nossa acentuada mobilidade amplia o campo de nossas experiências sociais e espaciais*”. A forma efêmera como tratamos e nos relacionamos com o espaço nos convida a novas relações sociais, sendo importante considerar as dinâmicas constantes de trocas entre redes informacionais, pois constituem um ponto relevante à análise dessas condições híbridas.

Assim, o aumento do número de aplicações locativas tem retomado a dimensão vivida no espaço virtual informacional. É cada vez mais comum que as tecnologias móveis detectem onde seus usuários se encontram, afinal aparelhos munidos de sistema de localização (sistema de posicionamento global – GPS –, por triangulação de antenas de telefonia ou de protocolo de internet) são atualmente mais acessíveis e diversos. Dessa forma, a presença do usuário sobre o espaço tem completa relação com informações trocadas virtualmente, o que requer e configura outra abordagem territorial.

A relação do ser com o meio ultrapassa a materialidade dos espaços vividos e a imaterialidade dos espaços virtuais. Sua identificação e seu pertencimento nesses espaços são resultados das multiterritorialidades vivenciadas e, assim, deve-se compreender o ciberespaço como um instrumento de influência e reconhecimento nos indivíduos. Tecnologias como a realidade aumentada podem contribuir para uma experiência ainda mais amplificada da relação informacional com os espaços urbanos, pois funcionam como uma “lente” capaz de decodificar dados, imagens, sons e textos, configurando uma camada virtual imbricada na materialidade espacial.

André Lemos (2007) busca realizar a leitura de um território misto, caracterizado pela relação material e comunicacional – os territórios informacionais. Estes seriam híbridos, configurados pela dependência da

relação do ciberespaço imbricado a um território físico, por intermédio de alguma conexão à internet. Seria o local da manifestação do espaço virtual comunicacional em um espaço material. Enfim, *“por territórios informacionais compreendemos áreas de controle do fluxo informacional digital em uma zona de intersecção entre o ciberespaço e o espaço urbano”* (LEMOS, 2008, p. 220). O conceito proposto se mostra relacional, principalmente no que tange à abordagem humano-tecnologia-meio, uma plataforma ampla de discussão que deve garantir o diálogo entre o meio informacional e o meio físico marcado pelas dinâmicas da mobilidade (LEMOS, 2007).

O acentuado caráter flexível dos territórios informacionais se dá por meio da conexão de dispositivos a uma rede móvel ou sem fio. Por exemplo, um ponto de acesso à internet por redes WiFi em um parque remete ao caráter de território informacional, *“distinto do espaço físico parque e do espaço eletrônico internet”* (LEMOS, 2007, não paginado), um novo espaço, um híbrido.

Os territórios informacionais se conformam por meio dos vínculos de pertencimento atribuídos às atividades sociais, as quais se dão nesse meio físico/digital. Com base em Alain Bourdin, sociólogo e urbanista, Lemos (2007) afirma que vínculos sociais conformam territórios de pertença, uma construção social do lugar sobre o espaço genérico. Essa forma de visão de lugar atribui a forma de construção social-individual e a relação desse indivíduo com outros, fundada na relação não só presencial, mas pela comunicação.

Assim, pode-se observar o uso da realidade aumentada locativa como uma ferramenta capaz de produzir a construção simbólica, por sua vez uma apropriação espacial, portanto um meio de conformação multiterritorial. Seja com aplicações que aproximem o usuário pelo sentido histórico e afetivo do lugar, por meio da leitura e aproximação da identidade patrimonial, pela interatividade das anotações eletrônicas ou jogos locativos. *“Qualquer espaço pode transformar-se no ‘meu território’, já que passo a controlá-lo informacionalmente.”* (LEMOS, 2008, p. 217). Essas tecnologias que expandem a percepção do espaço permitem experiências singulares, capazes de trazer novos símbolos e significados aos locais e favorecer a produção de multiterritorialidades, pois, mais do que perder territorializações construídas, intensifica-se um processo de (re)territorialização múltiplo (HAESBAERT, 2008a).

Somada ao conceito de territórios informacionais (LEMOS, 2007, 2008), a indissociável relação travada entre a realidade aumentada locativa e o ponto a que se refere no espaço se propõe ao entendimento espacial, acrescido de novas camadas da experiência cotidiana localizadas como um território (informacional) ampliado. Distingue-se, no entanto, do conceito inicial que remete ao acesso de toda camada de dados, por uma rede telemática, a especificidade de dados relacionados à localização de onde o usuário acessa, a fim de que seja expandida a experiência espacial e temporal vivida. Há, nessa distinção, a atribuição da interação realizada pelo acesso a funções, textos, vídeos, áudios, modelos tridimensionais ou outras construções multimidiáticas unicamente acessíveis quando a pessoa se encontra num local e tempo determinado. Enfim, uma experimentação corpórea híbrida do espaço de

múltiplas camadas, físicas e virtuais. Tratá-lo como ampliado retorna às origens do termo já citado, o da “realidade aumentada”, em alusão a um território acrescido de informações virtuais que têm como referência o mundo real, como forma de expandir os sentidos do lugar.

Recorre-se, portanto, ao específico estudo da teoria da produção do espaço por Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, de 1974 (LEFEBVRE, 1991). O autor se destaca pelo vasto material desenvolvido, que perpassa a dialética (*Le matérialisme dialectique, Logique formelle, logique dialectique*, de 1940 e 1947, respectivamente), a vida cotidiana (*Critique de la vie quotidienne I, II, III*, de 1947, 1961 e 1981, respectivamente), a cidade (“*Le droit à la ville*”, de 1968) e o urbano (*La révolution urbaine*, de 1970). Sua produção acadêmica é datada em um momento de virada dos estudos espaciais, quando o espaço passa a ser considerado não apenas na dimensão física ou mental, mas também como produto social sob uma lógica dialética (LEFEBVRE, 1991). E é sob este ponto particular que se busca, na teoria lefebvriana, o amparo metodológico para a análise dos territórios ampliados, uma observação multidimensional que permita dialogar com as perspectivas materiais e imateriais para conformação dessa territorialidade.

### CONTRIBUIÇÕES DA TRÍADE ESPACIAL DE LEFEBVRE AOS TERRITÓRIOS AMPLIADOS

Compreender um território e aferir sua construção social requer instrumentos que possam apresentar sinais/marcas da relação estabelecida entre o ser humano/sociedade com alguma representação espacial. Não se trata fundamentalmente da fisicalidade dos espaços urbanos ou arquitetônicos, pois já foi demonstrado que eles também podem ser pautados pela virtualidade das relações construídas em rede de dados digitais, a qual configura um espaço não sólido, o ciberespaço. Portanto, antes de apresentar os dispositivos de análise dos territórios ampliados, é necessário interpretar as questões que tangem o espaço, a base de sua apropriação.

Félix Guattari (1985) distingue de forma objetiva tais conceitos: o território está ligado à ordem das relações sociais que ocupam um espaço e este se vincula às relações funcionais dos seres. Deste modo o primeiro carrega consigo a carga subjetiva sociológica que, de alguma forma, o delimita, e o segundo se dá na referência direta aos conjuntos de objetos contidos.

Ao que determina o geógrafo Claude Raffestin (1993), o território se dá a partir do espaço, e o autor se vale de Henri Lefebvre para demonstrar o percurso de um a outro: um processo de modificação do espaço inicial, uma apropriação do ator sintagmático, seja concreta ou abstrata. O espaço, quando apropriado ou dominado, absorve marcas do agente que revelam as relações de poder. Desse raciocínio, o autor determina que:

*Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento.* (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

As definições apresentadas carregam a noção territorial como algo produzido a partir de um espaço ainda não relacional. Portanto, o território é produto e, por produto, subentende-se a parte final de um processo. Nesse sentido, Lefebvre (1991) propôs uma análise multifocal sobre o espaço social a fim de determiná-lo como produto social. Seus estudos, apesar de serem parte das construções teóricas acerca da conceituação de território pelos autores supracitados, não se formalizam como tal. Henri Lefebvre, em seu processo de pensar diferentes tipos de espaço, atribui ao primeiro sentido do termo, aquele da representação espacial de Raffestin, o espaço-natureza, enquanto os produtos sociais de formação relacional são tidos como espaços sociais.

Lefebvre (1991) aponta que, após meados do século XX, com a consolidação do Estado moderno ao redor do mundo, grandes transformações tomaram as sociedades. O peso do Estado se impõe sobre os modelos sociais e, concomitantemente, impõe planos e formas ordenadoras às cidades. A este espaço do planejador – tecnicizado, normatizado – o autor dá o nome de espaço abstrato, um conceito espacial pautado na lógica capitalista do controle e funcionalismo, tão próximo das relações de produtividade, sendo que até os cidadãos são parte do produto que deve trafegar de forma eficiente pela malha urbana.

Ao passo que os espaços planejados foram construídos, surgia o ímpeto da produção social espontânea, um movimento dos corpos cidadãos que se apropriam do espaço, anteriormente dominado pelo Estado, em um movimento de produção espacial. A produção espacial não é, para o autor, um movimento de construção físico, mas sociológico. O espaço social investigado é, portanto, um produto da sociedade, que se dá em meio à cotidianidade pela interação complexa de atores urbanos das diversas classes que ali se encontram ou relacionam (LEFEBVRE, 1991).

Cristian Schmid (2012), ao tratar da teoria lefebvriana da produção do espaço, atenta principalmente para um ponto muitas vezes negligenciado, mas de fundamental importância para a construção teórico-metodológica do autor: a relação dialética não binária, baseada em Friedrich Hegel (1770-1831), Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Nietzsche (1844-1900). Essa original e independente versão triádica da dialética prevê, para os estudos sobre o espaço, a invocação das triplicidades espacial (prática espacial, representações do espaço e espaços de representação) e individual/social (percebido, concebido e vivido), sempre articuladas e apoiadas na globalidade. Essas tríades dimensionais figuram a realidade socioespacial tridimensional de Lefebvre, ou seja, *“o núcleo da teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados”* (SCHMID, 2012, p. 105). Assim, sua dialética é descrita como uma crítica de Hegel (linguagem e pensamento) baseada em Marx (prática social material) e Nietzsche (ato criativo, arte), a qual *“pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético”* (SCHMID, 2012, p. 96).

A prática espacial é a dimensão material da atividade e suas interações sociais, a qual compreende, no âmbito do cotidiano, o sistema de redes de

comunicação e convívio social, resultado da articulação e do vínculo com objetos ou mesmo com práticas que ocorrem (LEFEBVRE, 1991). Essas conexões e estruturas sociológicas residem, portanto, sobre uma base material – e por meio de sua mensuração empírica, isto é, da espacialidade física material e materializada, é possível analisar as práticas espaciais de certa sociedade e descobrir o modelado de seus espaços de ação.

As representações do espaço se apresentam no nível do discurso, da fala e, logo, são descrições para Lefebvre (1991), como plantas técnicas, mapas, fotos, símbolos e outras informações que podem ser lidas e interpretadas. Penetrada de saberes (uma mistura de conhecimentos e ideologias) em dependências circunstanciais e transformação, essa dimensão espacial tende a um sistema de signos verbais e códigos, elaborado intelectualmente por cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e artistas próximos da cientificidade. Assim, as representações do espaço são objetivas e possuem perspectivas abstratas, sendo dominantes em uma sociedade e seu modo de produção – *“the producers of space have always acted in accordance with a representation, while the ‘users’ passively experienced whatever was imposed upon them inasmuch as it was more or less thoroughly inserted into, or justified by, their representational space”* (LEFEBVRE, 1991, p. 43-44).

Por sua vez, a terceira dimensão é a dos espaços de representação, associada à dimensão simbólica não referente ao espaço como matéria propriamente dita, mas como construção simbólica, um processo de significação que religa a um símbolo (material). Esses símbolos presentes no espaço podem estar atrelados tanto ao natural, como a presença de vegetação ou relação de apropriação das formações topográficas acentuadas, quanto a objetos e artefatos, mobiliários, estátuas, monumentos ou edificações (LEFEBVRE, 1991). E, penetrada predominantemente de imagens e símbolos complexos referentes à vida social e à arte, essa dimensão espacial tende a um sistema de signos não verbais, com ou sem códigos, que é conformado à vida cotidiana (espaço dos habitantes, usuários, artistas), decifrado por etnólogos, antropólogos e psicanalistas e descrito por escritores e filósofos. Para seus estudos, as análises devem confrontá-los com as representações do espaço que coexistem, conciliam ou interferem, sem desconsiderar a prática espacial.

Dessa forma, permite-se a análise do espaço social sobre as três dimensões imbricadas e interconectadas. A prática incorporada na noção material confere às atividades a base física da interação social que, definida como discurso, demarca o espaço como uma representação. Por sua vez, esta garante a referência comunicacional ou confere um modo de organização que permite a atribuição dos fluxos e simultaneamente redefine a atividade. *“Na terceira, a ‘ordem’ material que aflora na superfície pode tornar-se ela mesma um veículo transmitindo significados”* (SCHMID, 2012, p. 101). Não obstante, o desenvolvimento do simbolismo espacial configura um código social presente no espaço.

Cabe ainda atentar outro ponto salientado por Schmid (2012) como de grande importância na teoria espacial lefebvriana: a fenomenologia de Gaston Bachelard (1884-1962) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), que

Figura 1 – Tríade dialética lefebvriana  
Fonte: Elaborado pelos autores.



dispõe ao autor a relação aproximada do sujeito pelos sentidos do percebido, concebido e vivido. Entretanto, apesar do valor conferido a tal corrente filosófica, Henri Lefebvre mantém um posicionamento tanto quanto cético e atribui elementos da tríade espacial para basear a relação individual sob a materialidade, procurando preservar seu ponto de vista materialista dialético. Assim, *“essa tríade é, ao mesmo tempo, individual e social; não é somente constitutiva da autoprodução do homem, mas da autoprodução da sociedade”* (SCHMID, 2012, p. 103).

Neste aspecto, mais três elementos são apresentados como parte de sua teoria da produção do espaço: percebido, concebido e vivido. Esses espaços não aparecem desassociados da tríade previamente apresentada, pelo contrário: se tratam de uma porção indissociável que contribui à análise explanada uma forma de somar sua perspectiva epistemológica, num movimento do *“sujeito que pensa, atua e experimenta para o processo de produção social do pensamento, ação e experiências”* (SCHMID, 2012, p. 104) – uma forma de reafirmar a formação espacial sob a presença de um corpo social (Figura 1).

O espaço percebido tem aspecto sensorial que propicia a percepção associada diretamente à prática espacial, como forma de compreensão total do espaço por meio de todos os sentidos corporais. Aqui, reforça que os sentidos percebidos estão ligados intrinsecamente à materialidade que constitui o espaço: no sentido das percepções sensoriais (a matéria existe e é cognoscível da maneira que se apresenta), não no das percepções individuais (a matéria é relativa e limitada conforme a própria assimilação de conhecimentos). Já o espaço concebido é atrelado à representação do espaço, retomando-o à dinâmica da produção do conhecimento, do pensar, da experiência de articular elementos para determinado fim. E o espaço vivido advém da experiência no espaço, pelo processo de significação do espaço de representação. Sobre essa condição, apesar da análise crítica permitir atribuir diversas condições do vivido, existirá sempre o não dito ou o que não pode ser expresso, que se manifesta apenas na arte (LEFEBVRE, 1991).

pós-  
|  
II

Haja vista que, para tangenciar os territórios informacionais ampliados, se vê a necessidade de uma ordenação dialética entre as construções reais-virtuais, por isso, existe seu instrumento metodológico na produção espacial de Henri Lefebvre. A aproximação da realidade material indissociável a um corpo agente com a sobreposição da instância digital só é possível em uma análise multifocal que permita considerações diversas sobre um mesmo objeto e que conflua para um mesmo objetivo, atestando a produção de um espaço social respaldado pela compenetração de sentidos materiais e imateriais.

Sob a perspectiva da territorialidade e da multiterritorialidade, Haesbaert (2007) pondera que a categorização do objeto de estudo de Lefebvre – a do espaço –, apesar de sua complexidade, se diferencia, sim, das noções de território. O espaço produzido pela dinâmica tridimensional não se trata de um espaço-base antecessor ao território, mas produto social e, por isso, sua diferença se dá nas relações de poder que constituem as dinâmicas de territorialização (HAESBAERT, 2007).

Não obstante, é importante retomar a relação apontada por Barros (2017), quando tratou um estudo sobre o monitoramento e controle por meio do jogo *Pokémon Go*. A autora parte do que Gilles Deleuze trata por estudos sociotécnicos para associar a contribuição tecnológica nas diversas esferas da sociedade com elementos fundamentais de consolidação da sociedade de controle. Deleuze (1992) inicia seu discurso descortinando a necessidade de qualquer ficção científica para a construção de algum mecanismo de controle capaz de fornecer informações de posição de determinado ser no espaço. Ao que se coloca, pode-se, de forma análoga, associar os novos instrumentos de comunicação. Sua capacidade locativa e ubíqua são, ao mesmo tempo, acesso e controle e, assim, *“nessa estrutura de poder, que se fundamenta na relação entre técnica e sociedade, vê-se a transversalidade do controle”* (BARROS, 2017, p. 5), uma dinâmica que exclui a necessidade unicamente da relação espacial e temporal, mas que, pela mediação do instrumento, se dá integral e ininterruptamente.

Há, portanto, necessidade de observar que o modelo da tríade de Lefebvre, a experiência do real-virtual-híbrido, sempre ocorrerá sob a mediação de um artefato que não permite a dinâmica acontecer sem alguma forma de controle, seja no direcionamento da ação ou na captura de dados do usuário. É dessa forma, baseada nessas ferramentas e nessa condição de Deleuze (1992), que se busca destacar na experiência entre cidade e mídias locativas a construção de (multi)territórios ampliados, estabelecidos pela leitura de múltiplas camadas espaciais, munidas de representação, prática e concepção em uma dialética entre o físico e o virtual.

E é por base deste suporte que se procura a leitura do território híbrido, o informacional ampliado. Em outros termos, atrelar à ótica material de Henri Lefebvre a camada informacional presente na realidade aumentada locativa, como forma de determinar a produção do espaço social híbrido, marcado pela simultaneidade de experiências físicas e virtuais. Instaura-se, então, a análise tridimensional dialética de Lefebvre sob a esfera física-virtual-híbrida do espaço, respectivamente imbricada nos pontos de interação do jogo com

a cidade. Faz-se necessária a reinterpretação das instâncias da prática espacial, da representação do espaço e do espaço de representação em uma condição de simultaneidade de experiências – neste caso, como jogador inserido nas dinâmicas virtuais, mas com relação corpórea presente.

Conforme supracitado, Lefebvre (1991) determina que a prática espacial se estabelece sob a experiência material. O suporte físico é o definidor da interação e atividade e, portanto, Lefebvre propõe que a prática espacial seja definida pela materialidade existente no espaço, composto por conjunto de objetos tanto produzidos pelo ser quanto naturais, que conformam o uso do local na condição de inserção da vida cotidiana. Sob a luz da teoria linguística, a dimensão sintagmática é tida como determinadora da relação entre as coisas, retomada em Nietzsche como possibilidade metonímica (SCHMID, 2012), na qual seus termos podem ser articulados sob um ponto de vista estrutural. Assim, o suporte material lido como conexão da prática pode ser interpretado como rede de interações e a mídia, como ordenador dos objetos dispostos nesta rede.

A representação do espaço é uma dimensão presente, porém de início anterior à prática, nesse caso. Instaure-se na condição da concepção espacial, expressa como dimensão paradigmática do ponto de vista linguístico (SCHMID, 2012). É o projeto, o desenho, a perspectiva, a intensão, a determinação do sentido do espaço para uma prática, ainda que anterior a ela. A representação não se encerra com prática, mas permanece mutável enquanto descrição e definição de quem a usa no campo do intelecto e pensamento. Pode-se definir a representação do espaço pelo que foi concebido, presente no campo material pela atribuição projetual de arquitetos e urbanistas e demais planejadores das cidades e, também, da mídia locativa quando ambos atribuem algum tipo de ponto estabelecido.

Por fim, a configuração determinada entre a prática espacial e a representação do espaço converge na experiência do vivido, uma resposta individual ou de um grupo de indivíduos quanto à instância simbólica emergente da vivência físico-virtual. Os espaços de representação na experiência do jogo são o híbrido da confluência das relações materiais e imateriais. O espaço vivido se estabelece pelas construções afetivas, sensoriais e relacionais e, por vínculo estabelecido, não se pode traduzir por uma experiência formal descritiva. Além da incursão corpórea física, essa vivência se enriquece com o ganho da nova carga relacional, por meio da interação pela camada virtual.

Lefebvre (1991) aponta o vivido como produto da experimentação arquitetônica, também urbana, e o que é produzido sobre o corpo não pode ser visível, tampouco legível, e não se pode discorrer. No entanto, apesar de seu trabalho relacionar a vivência ao produto da construção humana, a arquitetura é definida por “arqui-textura”, algo que não se finda de influência somente no edifício ou monumento, mas define as relações de espaços de representação em todo seu entorno. Como demonstradas, as construções práticas determinam certa representação do espaço que é, por sua vez, concebida e pensada como suporte ordenador anteriormente à prática efetiva.

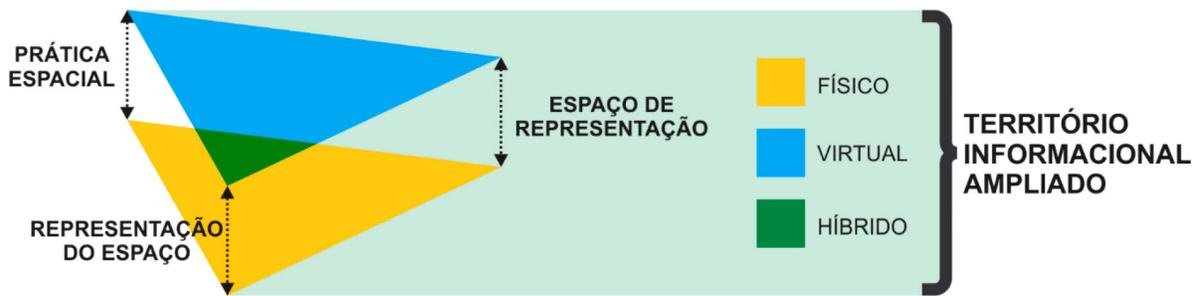


Figura 2 – Composição dos territórios informacionais ampliados  
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, a representação do espaço e a prática espacial se consolidam, uma em função da outra: a representação orienta uma atividade que se manifesta dentro de seus limites, mas que acontece ressignificando a representação. Reafirma-se como condição da produção do espaço, a ação da apropriação, ainda que simbólica. Em todo esse movimento analítico da ação de jogar/utilizar em meio à cidade alguma aplicação locativa com recursos de realidade aumentada e informações específicas locais, não é possível a separação da relação física-virtual-híbrida, a qual fundamenta a consolidação dos territórios informacionais ampliados (Figura 2).

Embora a proposta de esquematização acima apresente um reducionismo perante a fluidez, dinamicidade e abertura do pensamento lefebvriano, ela permite também a delimitação de um instrumento analítico do contexto híbrido no qual se define o espaço social contemporâneo. Por meio da confluência de informações digitais e físicas, se reconhece o híbrido e sua leitura da cidade pelos fenômenos culturais de uma sociedade indissociável da relação midiática.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca de um olhar expandido sobre o objeto de estudo, o território informacional ampliado, confere um caráter interdisciplinar à pesquisa, haja vista a complexidade inerente à interpretação do fenômeno. Os principais termos buscados foram aqueles relacionados com mídia, cidade e território; relação ciberespaço e espaço urbano; tecnologias móveis, com foco em realidade aumentada, seu desenvolvimento e seus desdobramentos; bem como a cibercultura como elemento de confluência entre produto humano e novos modelos das relações e práticas sociais. A união dos assuntos permite a análise do objeto em diferentes escalas, o que favorece seu estudo de forma ampla e multifocal.

O suporte criativo de Henri Lefebvre permitiu a ampliação conceitual da noção de espaço (aliás, essencial para a abordagem territorial), a partir de sua produção dialética tridimensional: a contradição entre a produção espacial material, de conhecimento e de significados, entre a produção social do

pensamento, da ação e das experiências. Por fim, destaca-se que a proposta metodológica de Lefebvre serviu como base teórico-metodológica para o presente estudo e nada mais, isto é, o artigo não partiu do entendimento de identificar e, muito menos, associar tais novas experiências espaciais ao pensamento lefebvriano, mas, sim, fundamentar a noção de territórios ampliados à proposta do autor de como analisar a produção do espaço por meio de suas tríades espacial e individual/social.

Destarte, a confluência das relações físicas e virtuais permite a construção dos territórios informacionais ampliados. Um caminho que exige a interpretação indissociável entre o físico e o digital, camadas que se completam e compenetraram e, quando juntas, apresentam nuances da atividade humana de forma híbrida. Assim, as compreensões das possibilidades pela leitura desses territórios híbridos podem contribuir como ferramenta elucidativa para gestores e planejadores; como instrumento de participação ativa de usuários; comunicação e diálogo como parte, ainda que invisível, das experimentações dos sujeitos do/no espaço.

## REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.
- DI MÉO, Guy. Composantes spatiales, formes et processus géographiques des identités. *Annales de Géographie*, Paris, v. 113, n. 638-639, p. 339-362, 2004.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 45-59, 1985.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (org.). *A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008a. p. 19-36.
- HAESBAERT, Rogério. Híbridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, Angelo (org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008b. p. 393-419.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Maiden: Blackwell Publishing, 1991.
- LEMOES, André. Cibercultura e mobilidade. A era da conexão. In: LEÃO, Lucia (org.). *Derivas: cartografias do ciberespaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 17-45
- LEMOES, André. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. *MATRIZES*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-137, 2007.
- LEMOES, André. Mídia locativa e territórios informacionais. In: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila (org.). *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir*. São Paulo: Educ, 2008. p. 207-230.
- LEMOES, André; QUEIROZ, Camila. Memórias soteropolitanas: realidade aumentada na cidade de Salvador. *Revista Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 5, n. 2, p. 128-136, 2012.
- LEVY, Pierre. *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHMID, Cristian. A teoria da produção espacial de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

#### **Nota do Editor**

Data de submissão: 28/01/2019

Aprovação: 21/11/2019

Revisão: Tikinet

---

#### **Alberto Guerra Valadares**

Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (Unileste). Escola Politécnica.  
Av. Tancredo Neves, 3500, B. Universitário – 35170-056 – Coronel Fabriciano – MG  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7459-8506>  
[alberto.valadares@p.unileste.edu.br](mailto:alberto.valadares@p.unileste.edu.br)

#### **Pacelli Henrique Martins Teodoro**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades.  
Rodovia MGT 367, Km 583, 5000, Alto da Jacuba – 39100-000 – Diamantina – MG  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1893-6862>  
[pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br](mailto:pacelli.teodoro@ufvjm.edu.br)